

## Hospital Central da Marinha – Rio de Janeiro

A história do Hospital Central da Marinha tem seus primórdios no século XVI, período em que a América Portuguesa – sobretudo a faixa litorânea denominada de 'marinha' - era alvo de disputas com a França e Holanda. E por esta razão Portugal decidiu enviar forças militares e navios de guerra para a defesa e policiamento desta 'marinha'. À época, como não existia um estabelecimento hospitalar, os soldados e marinheiros que chegavam doentes eram recolhidos às casas de particulares. Com a Carta Régia, de 21 de março de 1702, foi criado um estabelecimento próprio para tratamento das guarnições das naus, em uma casa na Rua dos Quartéis da Armada (posteriormente Rua de Bragança, e depois Rua Conselheiro Saraiva). Em 1727 os soldados da Guarnição da Praça, os das Guarnições das Naus de Guerra e os presos doentes passaram a ser atendidos neste local, então conhecido como Hospital da Rua dos Quartéis das Naus. Mas tendo em vista o fato de localizar-se na fralda do Morro de São Bento, área muito quente e imprópria para um hospital, D. Antonio Rolim de Moura Tavares, Conde Azambuja, decidiu em 1768, transferi-lo para o antigo casarão do Morro do Castelo, que se encontrava novamente vago. O prédio, anteriormente ocupado pelo Colégio dos Jesuítas, seria depois ocupado totalmente pelo hospital, então denominado Hospital Real Militar e Ultramar. Em agosto de 1797, foi estabelecido, em Portugal, um regulamento para os hospitais militares no qual eram especificadas as atribuições dos cirurgiões e físico-mores. Em 17 de fevereiro de 1831 foi determinada a extinção dos Hospitais Militares e a criação dos Hospitais Regimentais. Entre os anos de 1809 e 1810, por motivo de ordem econômica e para um melhor funcionamento da Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro, então instalada no Hospital Militar, foi mandado instalar um número de enfermarias na Ilha das Cobras. Até este momento a história deste Hospital estava misturada à do Hospital Central do Exército, cuja origem fora a mesma.

O decreto nº122, de 9 de dezembro de 1833, estabeleceu um regulamento próprio para o Hospital da Armada, e em 03 de março de 1834 o Hospital foi definitivamente instalado em frente ao Quartel de Artilharia da Fortaleza de São José da Ilha das Cobras. Sob a direção do cirurgião-mor Francisco Julio Xavier, chefe do Corpo de Saúde da Armada, foi, então, inaugurado, em 1834, o Hospital da Armada, na Ilha das Cobras, direcionado ao atendimento das praças da Armada e do Corpo de Artilharia da Marinha. O Hospital dispunha de 60 leitos, duas enfermarias, uma sala para oficiais, uma casa para farmácia, operações, curativos, material cirúrgico e autópsias, um quarto para o cirurgião de dia, cômodos para enfermeiros, e casa de roupas, cozinha e dispensa.

Entre os anos de 1836 e 1851 as enfermarias foram ampliadas, e foi construído um prédio para a Companhia dos Inválidos, devido às epidemias, como a de febre amarela e a de cólera-morbo, que mostravam a necessidade de uma enfermaria especial para o tratamento dos enfermos com moléstias contagiosas.

Em 3 de janeiro de 1853, pelo decreto nº 1.104, a instituição passou a ser denominada Hospital da Marinha da Corte, e mantinha seu objetivo de servir para o tratamento dos enfermos, tanto dos navios da Armada, como dos corpos anexos, e do Arsenal. Este mesmo decreto estabeleceu, também, que o Hospital deveria ter duas enfermarias para tratamento das moléstias contagiosas, três salas (escritório e para as conferencias dos facultativos; para as grandes operações e autopsias; e para depósito dos mortos), seis casas (secretaria e arquivo; depósito dos instrumentos, aparelhos cirúrgicos, e objetos para o curativo diário; arrecadação da roupa e utensílios necessários ao tratamento dos enfermos; arrecadação do feto dos doentes; para banhos, preferindo-se as banheiras de pedra; para botica). Em 1866 já existiam novas edificações preparadas para receber os enfermos vindos da Guerra do Paraguai, e ao final deste conflito, em 1870, o Hospital contava com 12 enfermarias, com 250 leitos.

Em 1890, o decreto nº 429 reestruturou as atividades do Hospital, que passava então a denominar-se Hospital da Marinha da Capital Federal, e definiu que este continuaria a prestar tratamento aos oficiais do Corpo da Armada e classes anexas, praças dos corpos de marinha e demais empregados dos estabelecimentos navais.

Por encontrar-se em local estratégico, ou seja, na Fortaleza de São José da Ilha das Cobras, o Hospital da Marinha da Capital Federal sofreu danos importantes por ocasião da Revolta da Armada (6 de setembro de 1893 a 13 de março de 1894). Foi justamente neste hospital que o Almirante Saldanha da Gama redigiu seu manifesto de 7 de dezembro de 1893, com o qual se integrava à dita revolta, e que levou ao governo a incluí-lo na lista dos desertores pelo decreto nº 1.560 de 1893, que também estabelecia a destituição de instituições que apoiassem a revolta.

O decreto nº 1697-A, de 25 de abril de 1894, transferiu as Fortalezas da Ilha das Cobras e de Villegaignon do porto do Rio de Janeiro para a jurisdição do Ministério da Guerra, facultando assim sua ocupação pelas forças do Exército. Em 1895 retornou para a jurisdição da Marinha, mas em janeiro de 1897 as atividades do Hospital da Marinha da Capital Federal foram suspensas. Posteriormente, sua missão e organização foram alteradas por sucessivos decretos que conferiam nova organização ao serviço hospitalar da marinha de guerra.

De 1906 a 1910 foram realizadas diversas benfeitorias no Hospital, incluindo pavilhão de operações, gabinetes de fisioterapia, enfermaria homeopática, iluminação elétrica, novo necrotério, biblioteca, reservatório de 200.000 litros d'água, forno de incineração de lixo, e cozinha a vapor. O decreto nº 7203, de 3 de dezembro de 1908, aprovou regulamento para o serviço hospitalar da Marinha de Guerra, e estabeleceu que aquele hospital passaria a ser denominado de Hospital Central da Marinha, e que neste seria criada uma enfermaria homeopática.

Em 22 de novembro 1910, com a revolta dos marinheiros, conhecida como a "Revolta da Chibata", a Ilha das Cobras ficou novamente exposta ao fogo cruzado. E diante da ameaça de bombardeamento do Batalhão Naval, que se encontrava alojado na fortaleza da Ilha das Cobras, o Governo determinou que os enfermos do Hospital fossem transferidos para o Hospital Central do Exército. E estes lá permaneceram e somente retornaram ao nosocômio da Ilha das Cobras em 28 de novembro de 1910. Em 9 de dezembro, o próprio Batalhão Naval rebelou-se, fazendo com que todos, pacientes e funcionários, abandonassem Hospital, que já fora atingido. Parte dos doentes e funcionários foi transferida para a Enfermaria de beribéricos da Marinha, em Copacabana, e outros para o Hospital Central do Exército e para a santa Casa da Misericórdia. O Hospital Central da Marinha passou, então, a funcionar precariamente na Enfermaria da Marinha, em Copacabana.

As obras de reconstrução do Hospital, na Ilha das Cobras, se iniciaram em 1912, e foram concluídas em 30 de junho de 1913. Em 3 de julho de 1913 foi re-inaugurado o Hospital Central da Marinha, já reconstruído, e sob a administração do Contra-Almirante Joaquim de Siqueira Balcão. Foram contratadas, em 24 de outubro de 1917, dez irmãs da Ordem de São Vicente de Paulo, para auxiliar nos serviços das enfermarias do Hospital.

Em 1933 foram iniciadas as obras de construção do hospital para tuberculose em Nova Friburgo, o primeiro que a Marinha viria a ter especialmente destinado ao tratamento de tuberculosos, e para onde seriam transferidos os doentes que se encontravam na Enfermaria Auxiliar de Copacabana, que se encontrava desativada na época, pois seus pacientes haviam sido transferidos para o Sanatório de Nova Friburgo. Nesta época também foi estabelecido que, na Casa de Marcílio Dias, instituição filantrópica fundada em 1926 por esposas de oficiais da Marinha, situada no Méier, funcionariam as instalações para um futuro hospital de moléstias contagiosas. Desta forma nascia o embrião do futuro Hospital Naval Marcílio Dias, que viria a ser inaugurado em 1939.

Outros decretos, em 1946, 1947 e 1948, re-estruturaram as atividades do Hospital Central da Marinha. Em 1972, com o decreto nº 71.511, o Hospital Central da Marinha passou a ser

administrado sob o regulamento estabelecido para os Hospitais Navais.

A missão do Hospital Central da Marinha hoje, por força da portaria nº. 0064, de 4 de maio de 1995, define-se pela Assistência Médico-Ambulatorial e Odontológica prestada aos militares da Marinha do Brasil, da ativa e inativa, integrando, assim, o Sistema de Saúde da Marinha. O Hospital passou a funcionar, desde 1º de janeiro de 1998, como Organização Militar Prestadora de Serviços Hospitalares, em cumprimento à Orientação Ministerial.

Desde 12 de março de 2004, o Hospital Central da Marinha foi incluído no corredor cultural da Marinha, e também integra o roteiro turístico "Conheça o Rio a Pé" da Riotur.

<http://www.instituicoes.coc.fiocruz.br/index.php/422;isdiah>